

Visões do desmatamento

Categories : [Reportagens](#)

Conforme dados do Deter – Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real, a perda de florestas na Amazônia caiu 26% em junho (870,79 Km²), em relação a maio (1.096 Km²). Se a comparação for feita com junho de 2007, a redução é de 55%. Naquele mês foram derrubados 1.357 Km².

Os números foram divulgados hoje pelo Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e Ministério do Meio Ambiente. “O desmatamento está caindo em meses em que deveria aumentar, com menor cobertura de nuvens e sem queda no preço da soja, carne e outras *commodities*”, disse o ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente.

Ao contrário dos dados divulgados mês passado, com cobertura de nuvens de 46%, desta vez a visibilidade chegou a 72% da Amazônia, ou cobertura nebulosa de apenas 28%.

Do total desmatado, 92% foram classificados como desmatamento, envolvendo corte raso, degradação alta, moderada e leve. Os 8% restantes não tiveram confirmação. Toda essa classificação foi provocada pelas reclamações de Blairo Maggi, governador do Mato Grosso, sobre a consistência dos dados oficiais.

Deter / Km ²	Maio	Junho
2007	1.176,12	1.357,04
2008	1.096,28	870,79

Apesar da queda no desflorestamento registrada no Mato Grosso (menos 360 Km²), Pará (menos 500 Km²) e Rondônia, os três estados seguem liderando as taxas de perdas florestais. As derrubadas cresceram no Amazonas e Maranhão. De acordo com o Deter, sistema oficial menos preciso, o desmatamento cai desde 2005. Mas o acumulado de 2008 chega a 4,6 mil km² ([clique aqui e veja gráfico](#)), área mil km² menor que a do Distrito Federal.

Por isso, mesmo otimista com os resultados recentes do Deter, o governo calcula que a Amazônia pode perder este ano cerca de 12 mil km². A taxa é pouco maior que a de 2007, de 11.224 km².

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, aponta que a redução no corte de árvores se deve às inúmeras portarias, decretos, instruções normativas e outras medidas legais adotadas pelo governo. “A resolução do Banco Central (que corta créditos a produtores não-regulares na Amazônia) deve surtir efeito sobre os números de julho do Deter”, disse. No primeiro semestre, quase R\$ 500 milhões em multas foram lavradas pelo Ibama.

Segundo ele, este ano já foram embargadas 606 áreas, somando 115 mil hectares, 86 frigoríficos foram notificados e há 1.066 cadastros rurais inibidos pelo Incra. O Ibama tem 45 ações de fiscalização em campo, quase o dobro do que tinha no início do ano. “Essas medidas reduziram em mais de 80% os desmatamentos em regiões como a do rio Xingu, no Pará, e de Juara, no Mato Grosso”, disse.

O desmatamento também caiu nos 36 municípios que mais derrubam florestas na Amazônia, informou o governo. A redução foi de 2.226 Km² para 1.060 Km², uma queda de quase 50%, entre junho de 2007 e junho de 2008.

Outra visão

[Números recentes](#) do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon mostram que corte raso na Amazônia aumentou 23%, chegando a 612 Km² em junho, olhando para o mesmo mês do ano passado. Nos dados não-governamentais, o Pará lidera o ranking, enquanto Mato Grosso amarga crescimento de 59% das derrubadas de junho em relação a 2007.

O acumulado entre agosto de 2007 e junho de 2008 pelo Imazon somou 4.754 Km² de desmatamento, um aumento de 9% em comparação ao período anterior. Uma análise desses meses mostra que o Mato Grosso continua na liderança do desmatamento na Amazônia (2.074 km² ou 43% do total), seguido de perto pelo Pará (1936 km² ou 40% do total).

Apesar disso, o estado de Blairo Maggi pode tentar forçar uma barra para comemorar esses números. De acordo com o Imazon, a área desmatada no estado recuou 14% se seu desempenho de agosto 2006-junho 2007 for comparado ao de agosto-2007- junho 2008. No Pará esse saldo é de mais 46% e no Tocantins crescimento de 383%, o que justifica uma atenção especial a este estado nas políticas de combate ao desmatamento, embora em números absolutos sua contribuição ainda seja pequena.

Conforme a tendência revelada desde maio, o Pará foi, com folga, o campeão das derrubadas (63% do total). O curioso é que desta vez os estados como Mato Grosso (12%), Rondônia (11%) e Amazonas (10%) não tiveram diferenças significativas. Acre, Roraima e Tocantins juntos foram responsáveis por 4,2% do total.

Chama a atenção no boletim do Imazon a contribuição de assentamentos (18%) e de unidades de conservação (10%) no desmatamento na Amazônia. Os assentamentos Jacaré-açu, em Novo Repartimento (PA) e Jatapu, em Caroebe (RR) foram os que mais derrubaram em junho. Em relação às unidades de conservação, aquelas que tradicionalmente mais perdem vegetação fizeram jus à triste colocação. A Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu (PA) perdeu em um mês mais 21 km², seguida pela Floresta Nacional do Jamanxim, com menos 11,8 km² de florestas.

Não gostei

Carlos Minc não gostou de saber dos números do Imazon, reforçou o peso dos dados oficiais e avisou que chamará o Imazon para uma conversinha. Ele comentou que as avaliações e a metodologia do Inpe são reconhecidos internacionalmente. “Os dados do Imazon são outra série, têm outra metodologia e outra base. Inclusive, o dado absoluto (de desmate) do Imazon é inferior ao nosso. O que vale para o Brasil e para o mundo é o dado do Inpe. Vamos chamar (o Imazon) para conversar”, disse.

De acordo com Carlos Souza Júnior, pesquisador do Imazon, a discrepância entre números se explica, entre outras razões, pelo fato de o Imazon avaliar apenas o corte raso e o Deter abordar também a taxa de degradação progressiva. “Estamos avaliando que, pelo relatório do governo, o que há de corte raso são 553 Km², um número bem próximo do que nós identificamos para junho, de 612 Km²”, explica.

Segundo ele, sempre houve grandes diferenças entre as duas metodologias, mas conforme os números do Deter forem apresentados separando corte raso de degradação progressiva a interpretação dos dados deverá ser facilitada. Essas diferenças, no entanto, não são o que preocupa mais o pesquisador. “É pior quando há discrepância quanto à geografia do desmatamento, e isso tem acontecido também”, diz.

Ilegalidade imutável

Se comparado às derrubadas de toda a Amazônia Legal, Mato Grosso colaborou com “apenas” 12% em junho, mas um olhar apurado comprova que definitivamente não há o que comemorar. Em parceria com o Instituto Centro de Vida, o Imazon detectou desflorestamento de 73,7 km² no estado, um aumento de 59% em relação a junho de 2007 e 51% se comparado a maio de 2008, quando o governo de Blairo Maggi [celebrou uma queda relativa nos números](#). Os municípios de Nova Bandeirantes e Juara, no noroeste do estado, foram os campeões de derrubadas em junho.

O boletim que acompanha o desempenho de Mato Grosso no desmatamento da Amazônia desde 2006 continua revelando que 84% das derrubadas foram clandestinas, seja nas propriedades rurais privadas ou nos assentamentos.

Em terras indígenas, os maiores desflorestamentos ocorreram na TI Arara do Rio Branco, no município de Aripuanã (onde um novo impulso econômico tem ocorrido à construção da usina hidrelétrica de Dardanelos e de investimentos em mineração de zinco empreendidos pela Votorantim) e na TI Kawahiva do Rio Pardo, em Colniza, município vizinho e um dos recordistas em violência no campo.

Um modelo mais robusto de avaliação de risco de desmatamento está sendo desenvolvido pela organização não-governamental para a Amazônia toda. Testes foram feitos a partir das variáveis

adotadas para Mato Grosso, mas os pesquisadores concluíram que, para o sistema ser válido a outras áreas da Amazônia, ele precisa levar em conta fatores como a taxa de desmatamento dos últimos anos, proximidade de áreas protegidas, estradas etc. Se tudo correr bem, esse modelo será apresentado em agosto.